

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.402.724 - RS (2018/0307199-4)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
EMBARGANTE : EDI ZUEGE
ADVOGADOS : AUGUSTINHO GERVASIO GOTTEMS TELOKEN - RS028958
DOUGLAS RAFAEL GOETZE - RS050063
JOÃO PEDRO WEIDE - RS057079
RENAN RAMOS FERREIRA - RS075716
RENAN TELÖKEN - RS082371
EMBARGADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : SEVERINO DO RAMO CHAVES DE LIMA - PB008301
SOLON MENDES DA SILVA - RS032356
SERVIO TULIO DE BARCELOS E OUTRO(S) - RS095803A
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - RS095750

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por EDI ZUEGE, em face da decisão monocrática de fls. 422/426, e-STJ, que conheceu do agravo para dar parcial provimento ao recurso especial da parte ora embargada.

Em suas razões, o embargante alega a existência de omissão, tendo em vista que a decisão de admissibilidade aplicou a Súmula 7/STJ, quanto à questão concernente à alegada necessidade de prévia liquidação de sentença, e a parte embargada não atacou esse fundamento no seu agravo em recurso especial.

Acrescenta ser desnecessária a liquidação de sentença, tendo em vista que "*a instituição financeira, inafastavelmente, tem em seus cadastros a relação de todos os poupadores e valores que cada um mantinha lá depositados, e sabe que todos detém o direito a complementação em face da condenação erga omnes, cabendo, ainda, apenas recalcular a remuneração com o índice expressamente determinado, o que depende de mero cálculo aritmético*" (e-STJ, fl. 433).

Impugnação ao agravo apresentada às fls. 439/449 e-STJ.

É o relatório. Passo a decidir.

Não há falar em omissão na decisão atacada. Com efeito, consoante a jurisprudência desta Corte, "*o juízo de admissibilidade é bifásico, ou seja, o primeiro juízo realizado no Tribunal de origem não tem o condão de vincular a decisão de*

Superior Tribunal de Justiça

admissibilidade do STJ, que é soberana àquele" (AgInt no AREsp 1.453.558/SP, Rel. Ministro Moura Ribeiro, DJe de 14/8/2019).

Assim, cabe a esta Corte Superior de Justiça a realização do juízo definitivo de admissibilidade do apelo nobre, de modo que não há empecilho para que se proceda avaliação distinta daquela que foi feita pelo Tribunal de origem, sobretudo quando a questão debatida prescinde do reexame de provas, o que foi implicitamente defendido pelo então insurgente, a afastar a alegada ausência de impugnação específica.

Na hipótese, como consignado, era de rigor a reforma do acórdão proferido pelo Tribunal de origem, que reconheceu a desnecessidade de prévia liquidação da sentença proferida em ação civil pública, porquanto em desconformidade com a orientação do STJ, segundo a qual *"a sentença genérica prolatada no âmbito da ação civil coletiva, por si, não confere ao vencido o atributo de devedor de 'quantia certa ou já fixada em liquidação' (art. 475-J do CPC), porquanto, 'em caso de procedência do pedido, a condenação será genérica', apenas 'fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados' (art. 95 do CDC). A condenação, pois, não se reveste de liquidez necessária ao cumprimento espontâneo do comando sentencial, não sendo aplicável a reprimenda prevista no art. 475-J do CPC"* (REsp 1.247.150/PR, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Corte Especial, 19/10/2011, DJe 12/12/2011).

Assim, a insurgência trazida nos aclaratórios apenas traduz discordância com o desfecho dado ao feito. O vício que justifica a oposição dos aclaratórios é o interno ao julgado, que redundava em omissão, contradição ou obscuridade. A insatisfação com o resultado do julgamento, portanto, não é impugnável por instrumento que objetiva a correção de vício interno da decisão que causou a inconformidade da parte, mas por recurso processual adequado.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília/DF, 05 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator